

CORREIO BRAZILIENSE

Na quarta parte nova os campos ara.
E se mais mundo houvera, lá chegara.
CAMÕES, e, VII e 14.

Diretor-Geral
Paulo Cabral de Araújo

Diretor-Superintendente
Edilson Cid Varela

Diretor-Responsável
Ari Cunha

Editor-Geral
Ronaldo Martins Junqueira

Gerente-Geral
Alberto de Sá Filho

Gerente Financeiro
Evaristo de Oliveira

Gerente Técnico
Ari Lopes Cunha

Gerente Comercial
Maurício Dinepi

Ajuda e reciprocidade

O programa de reajustamento da economia nacional poderá consolidar-se com maior alento e em ritmo bem mais compassado se, efetivamente, os Estados Unidos liberarem um empréstimo-ponte entre três e cinco bilhões de dólares, conforme negociações em desenvolvimento. É claro que o esforço estabilizador empreendido pelo governo brasileiro, com o apoio decidido dos setores mais conscientizados da sociedade, não considera como pressuposto para seu êxito o provimento adicional de recursos externos de porte significativo.

Todavia, o ingresso no País de divisas fortes em quantidades compatíveis com as potencialidades da economia interna, a título de empréstimo, conferiria ao Plano Verão um suporte financeiro mais consistente para enfrentar os dilemas já insinuados no horizonte. O Brasil necessita de reservas táticas para operar eventuais instrumentos de política monetária capazes de forçar o equilíbrio das relações econômicas, a fim de evitar vulnerações perniciosas ao mencionado programa.

Diagnóstico realizado por especialistas isentos assinala que já há três fatores, todos considerados de atuação insidiosa, inesperadamente ativados e de efeitos não previstos, em plena conspiração contra as atuais diretrizes estabilizadoras. São, pela ordem, o aquecimento da demanda observada em janeiro e fevereiro, o declínio do poder aquisitivo do cruzado novo em relação ao dólar e as crescentes reivindicações das classes produtoras em favor do descongelamento de preços.

Para o estágio de perplexidade emergente contribuem, de forma indireta, mas não menos importante, as reivindicações das classes assalariadas por imediato reajustamento dos rendimentos do trabalho e as primeiras sortidas da recessão em setores vitais ao desenvolvimento, numa composição de turbulências bastante nocivas sob o ponto de vista psicossocial. Alguns dirão que a patologia recessiva é a doença congênita de todos os programas de compatibilização econômica com base em impactos fiscais e monetários, como ocorre com o Plano Verão.

Não estava na previsão dos técnicos, contudo, que os efeitos recessivos se apresen-

tassem tão cedo, ou que mesmo tivessem ocasião de exibir-se, uma vez que o programa em curso é versátil no que diz respeito à correção de rumos, logo após quebrada a força inercial da inflação. Porém, não são evidentes os sinais de recessão como as altíssimas taxas de juros ainda não conseguiram reprimir a demanda, cuja intensidade poderá empurrar os preços inapelaavelmente para o alto. E não há flagelo maior para o sistema econômico fundado nos cânones capitalistas do que a convergência, para um só ponto convulsivo, da recessão e da inflação, na hipótese uma ameaça real.

O Brasil está, porém, na fase apenas da ameaça, quanto às relações econômicas submetidas às regras do Plano Verão. Poderá arredá-la, mas o fará em maior segurança se puder dispor de suprimentos externos em dólares, a fim de usá-los para colocar o câmbio sob rédeas curtas, manobrar fatores financeiros com oportunidade e em maior velocidade e sustentar diretrizes suficientemente fortes para conter as pressões de mercado sobre o programa de reajustamento da economia.

Nesse sentido é que o Brasil procura obter dos Estados Unidos a contrapartida da colaboração sob a forma de empréstimo-ponte. Exercita gestões legítimas, com a autoridade de quem destinou ao pagamento de juros da dívida externa este ano todo o saldo de sua balança comercial, algo superior a 19 bilhões de dólares. Aliás, é fundamental esclarecer que a situação crítica das reservas nacionais em divisas decorre exatamente desse fato.

Ao considerar a possibilidade do empréstimo-ponte pleiteado pelo Brasil, o presidente George Bush, em suas conversações em Tóquio com Sarney, não deve esquecer que, nos últimos cinco anos, daqui partiram para o exterior algo em torno de US\$ 60 bilhões apenas para o resgate dos serviços da dívida, da qual os banqueiros americanos são os principais credores. A Casa Branca certamente não imagina que o Brasil deseje perpetuar-se como um dos maiores exportadores de capital do mundo e resignar-se com eventuais negativas aos pedidos de saques sobre as monumentais reservas das potências industrializadas.